

NORMAS INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE (IFRS S1 & S2): ANÁLISE PRELIMINAR DAS CARTAS DE COMENTÁRIOS ENVIADAS AO IASB

ANNANDY RAQUEL PEREIRA DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Introdução

As normas de sustentabilidade impõe às empresas a obrigação de divulgar informações sobre como suas atividades afetam a sustentabilidade, que desempenham um papel fundamental na avaliação do valor da empresa e nas decisões de investimentos. Para isso, em março de 2022, o ISSB lançou duas propostas para consulta pública: o Requisito Geral IFRS S1, relacionado à sustentabilidade e o IFRS S2 relacionado ao clima. Mellado e Parte (2021) afirmam que o envio de cartas de comentários é amplamente reconhecido como um dos métodos de participação no processo regulatório dessas normas.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Diante do contexto exposto, têm-se a seguinte questão de pesquisa: Quem são os principais interessados nas Normas Internacionais de Sustentabilidade (IFRS S1 e S2)? O que culmina no objetivo do estudo de investigar quem são os principais interessados nas Normas Internacionais de Sustentabilidade (IFRS S1 e S2) por meio da análise das cartas de comentários enviadas ao IASB.

Fundamentação Teórica

O ISSB lançou as normas - IFRS S1 e IFRS S2 - em 26 de junho de 2023, marcando o início de uma nova era nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade em mercados de capitais pelo mundo. De acordo com Rey, Maglyo e Rapone (2020) nos últimos anos se observa um interesse maior em examinar as atividades de lobby que estão relacionadas ao processo de formulação das Normas Internacionais de Contabilidade pelo IASB. O método mais investigado de influência formal no processo de definição dessas normas, são as cartas de comentários.

Metodologia

A população de estudo é composta por 735 cartas de comentários enviadas ao IASB com o propósito de contribuir para a discussão sobre as normas em questão. O Exposure Draft solicitou a opinião dos interessados sobre 17 questões específicas, cada uma relacionada a pontos sugeridos referentes ao conteúdo das normas em análise. Como forma de atender ao objetivo da pesquisa, os seguintes passos foram seguidos: i) análise das cartas de comentários e ii) identificação e classificação dos grupos de interesse, continentes de origem e países correspondentes aos remetentes das cartas.

Análise dos Resultados

As 735 cartas recebidas pelo IASB totalizaram um montante de 8.753 páginas de conteúdo. Desse total, 665 (90,47%) foram enviadas em nome de organizações, enquanto 69 (9,38%), de forma individual. O continente europeu foi o mais presente no envio das cartas, representando 36,19%. De forma global, os países que mais participaram foram: Reino Unido, EUA, Canadá, Austrália, China, França, Brasil e Japão. Com relação aos grupos de interesses, as empresas são o grupo que mais se destaca, representando 42,04% do total das cartas. Ainda, das empresas, 10% são instituições financeiras.

Conclusão

Esta pesquisa não visa abordar exaustivamente o tema, mas sim, oferecer uma contribuição científica significativa, ainda que inicial e assim se propôs a destacar informações que abrem novas perspectivas para futuras pesquisas. Estudos dessa natureza são valiosos, pois revelam o processo de desenvolvimento de normas contábeis desde sua concepção inicial, fornecendo evidências sobre as regiões que mais contribuem e as motivações que levam o Board a efetuar mudanças nas regulamentações contábeis. Recomenda-se para estudos futuros, focar no conteúdo das cartas de um grupo de interesse específico.

Referências Bibliográficas

MELLADO, L.; PARTE, L. Insights from lobbying research on the accounting standard-setting process through comment letter submissions. In: Eurasian Economic Perspectives: Proceedings of the 29th Eurasia Business and Economics Society Conference. Springer International Publishing, 2021. p. 3-22. REY, Andrea; MAGLIO, Roberto; RAPONE, Valerio. Lobbying during IASB and FASB convergence due processes: Evidence from the IFRS 16 project on leases. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, v. 41, p. 100348, 2020.

Palavras Chave

Cartas de comentários, IFRS, Sustentabilidade

NORMAS INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE (IFRS S1 & S2): ANÁLISE PRELIMINAR DAS CARTAS DE COMENTÁRIOS ENVIADAS AO IASB

1 INTRODUÇÃO

As *International Financial Reporting Standards* (IFRS) alertam que os relatórios financeiros das empresas devem ser comparáveis, verificáveis, compreensíveis e tempestivos, além de serem relevantes e terem representação fiel. No contexto atual, a atenção para questões ambientais e sociais está em destaque, incluindo desafios como pandemias, mudanças climáticas e problemas de gestão de resíduos. Deste modo, se deve considerar o impacto crescente dessas questões nas decisões tomadas pelos usuários dos relatórios financeiros e a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade que incorpora esses aspectos e tem é apontada como necessidade imperativa (GÖZDE; İREM, 2023).

A comunicação entre empresas e os destinatários dos relatórios financeiros ocorre por meio desses relatórios, e observa-se que a demanda por relatórios de sustentabilidade, além dos financeiros, está em ascensão. Um grupo composto por líderes de cinco organizações que estabelecem diretrizes para relatórios de sustentabilidade (*Carbon Disclosure Project* (CDP), *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB), *Global Reporting Initiative* (GRI), *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB)) divulgam diretrizes para as empresas elaborarem divulgações financeiras relacionadas ao clima, de acordo com os padrões de sustentabilidade que cada uma dessas organizações adota.

Em 2020, essas entidades se uniram para emitir uma declaração conjunta de intenções, na qual delinearão objetivos em direção a um quadro unificado para relatórios corporativos e se comprometeram a colaborar para tornar essa visão uma realidade, para esse grupo, a abordagem do IASB (*International Accounting Standards Board*) na criação de normas. Tal documento inclui sua Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros e sua abordagem na formulação de normas contábeis e foi identificada como ferramenta útil para desenvolver normas relacionadas à responsabilidade ambiental e social (MARINA, 2022).

A Fundação IFRS oficialmente anunciou a criação do *International Sustainability Standards Board* (ISSB) com o objetivo de estabelecer um padrão global para relatórios de sustentabilidade no setor financeiro. Diferenciadas das Normas de Relatório Financeiro IFRS emitidas pelo IASB, as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS são agora publicadas pelo ISSB. Essas normas de sustentabilidade IFRS impõe às empresas a obrigação de divulgar informações sobre como suas atividades afetam a sustentabilidade, que desempenham um papel fundamental na avaliação do valor da empresa e nas decisões de investimentos (SUWARDY, 2021). Para alcançar esse objetivo, em março de 2022, o ISSB lançou duas propostas para consulta pública: o Requisito Geral IFRS S1 para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e o IFRS S2 Divulgação Relacionada ao Clima.

A formulação de padrões não se limita apenas a um processo técnico, mas também é influenciada por considerações políticas, por causa das pressões exercidas na definição desses padrões (GIPPER; LOMBARDI; SKINNER, 2013). Nesse contexto, na literatura, *lobbying* é definido como todas as ações empreendidas pelas partes interessadas para influenciar o processo regulatório em promover seus próprios interesses (SUTTON, 1984). As disparidades entre os reguladores, sejam eles de natureza pública ou privada, e as diversas abordagens e sistemas de participação que eles adotam são elementos decisivos a serem investigados, uma vez que impactam aspectos como a legitimidade e a qualidade técnica do processo regulatório (MELLADO; PARTE, 2021).

Mellado e Parte (2021) afirmam que o envio de cartas de comentários é amplamente reconhecido como um dos métodos mais acessíveis e visíveis de participação no processo regulatório, essas correspondências são portadoras de uma riqueza de informações que podem ser discernidas pelos pesquisadores por meio de sua análise, e abrangem detalhes sobre os seus remetentes, suas motivações, suas perspectivas em relação às normas contábeis, além de estratégias de persuasão e expectativas.

Diante do contexto exposto, têm-se a seguinte questão de pesquisa: **Quem são os principais interessados nas Normas Internacionais de Sustentabilidade (IFRS S1 e S2)?** O que culmina no objetivo do estudo de investigar quem são os principais interessados nas Normas Internacionais de Sustentabilidade (IFRS S1 e S2) por meio da análise das cartas de comentários enviadas ao IASB.

Esta pesquisa é justificada pela natureza emergente e de relevância do tema, especialmente à luz da aprovação das duas normas em 26 de junho de 2023. Até o momento, não foram identificados estudos, tanto a nível nacional quanto internacional, que se dediquem à análise específica da identificação dos respondentes ao processo de aprimoramento dessas normas por meio da avaliação das cartas de comentários enviadas ao IASB. Portanto, o presente estudo preenche essa lacuna na literatura, conduzindo uma análise de conteúdo das cartas e, ao mesmo tempo, contribuindo para uma compreensão aprofundada sobre a importância das cartas de comentários no processo de melhoria das normas contábeis em vigor.

Destarte, esta pesquisa também proporciona uma contribuição prática significativa para diversos atores, incluindo o mercado, órgãos reguladores, investidores, empresas, profissionais de contabilidade e firmas de auditoria, entre outros interessados. Isso se deve ao fato de que a análise detalhada dessas normas torna o assunto mais transparente para esses usuários, dada a complexidade e os desafios que enfrentarão ao adaptar seus processos de divulgação de informações nas demonstrações financeiras às novas diretrizes. A adoção do padrão estabelecido deve resultar em uma melhoria significativa na divulgação e na capacidade de comparar as informações divulgadas pelas companhias.

Esta pesquisa desempenha um papel significativo no avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco direto no ODS 12, que diz respeito ao Consumo e Produção Sustentáveis, mais precisamente na realização da meta 12.6. Essa meta específica busca promover a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas, especialmente aquelas de grande porte e transnacionais, incentivando-as a incorporar informações integradas à sustentabilidade em seus processos de relatório.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são abordadas questões relacionadas ao IASB e o procedimento de elaboração das Normas Internacionais. Além disso, discute-se as novas normas recentemente aprovadas, denominadas IFRS S1 e S2, que tratam de temas relacionados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Adicionalmente, apresenta-se estudos anteriores que compartilharam objetivos semelhantes, embora tenham se concentrado nas cartas de comentários referentes a outras normas do IASB.

2.1 IASB e o processo de emissão das IFRS

Nos últimos anos se observa um interesse maior em examinar as atividades de *lobby* que estão relacionadas ao processo de formulação das Normas Internacionais de Contabilidade pelo IASB (REY; MAGLYO; RAPONE, 2020). As IFRS são estabelecidas pelo IASB por meio de um processo que é caracterizado pela transparência e inclusão. O

primeiro passo em cada projeto é a publicação de um Programa de Pesquisa, no qual o IASB identifica os desafios contábeis em questão e propõe possíveis soluções para eles. Em seguida, o órgão elabora um Documento de Discussão, que serve como um meio para receber *feedback* da comunidade sobre a forma como suas propostas são percebidas. Após essa fase, é divulgado um *Exposure Draft* (ED), que constitui um rascunho das IFRS finais. Quando um documento de discussão ou ED é publicado, o IASB convida as partes interessadas a apresentarem comentários sobre suas propostas, e os respondentes enviam cartas de comentários com suas opiniões e observações.

Georgiou (2004) alerta que as cartas de comentários gerais parecem ser uma forma de comparação com métodos de *lobby* menos transparentes. Larson (2007) tem por opinião que as cartas de comentários se constituem numa faceta do processo completo de elaboração de normas contábeis. Além disso, à semelhança do estudo de Hansen (2011), consideram-se como lobistas apenas as partes que apresentam cartas de comentários em resposta aos documentos de discussão e ED do IASB. Destaca-se como obstáculo no processo legal, o conjunto de pressões políticas que podem ser desencadeadas por qualquer ação do conselho que busque estabelecer tratamentos contábeis específicos, eliminar opções de tratamento alternativas, exigir divulgações adicionais ou restringir as interpretações permitidas (ZEFF, 2002).

Segundo Mellado e Parte (2021), uma compreensão completa da posição dos reguladores e de sua relação com os atores envolvidos exige análise abrangente do processo regulatório. O processo conduzido pelo IASB inclui as seguintes etapas: definição da agenda (obrigatória), planejamento do projeto (obrigatório), elaboração e publicação do documento de discussão que pode incluir uma fase de consulta pública (opcional), elaboração e publicação do ED, com consulta pública obrigatória, elaboração e publicação da Norma (obrigatório), e procedimentos após a emissão da Norma (obrigatório).

As cartas de comentários são apresentadas durante o período de consulta pública nas terceira e quarta etapas do processo. Para uma compreensão mais abrangente do processo regulatório e para enriquecer as conclusões derivadas da análise das cartas de comentários, é vantajoso complementar essa avaliação com informações provenientes de mecanismos formais e informais ao longo do processo. Isso inclui dados de grupos consultivos, documentos internos da equipe e entrevistas com os principais intervenientes. Essa abordagem proporciona uma visão mais completa do processo regulatório e expande as conclusões além do escopo analisado em estudos anteriores (MELLADO; PARTE, 2021).

2.2 Normas internacionais de sustentabilidade: estudos anteriores

O *International Sustainability Standards Board* (ISSB) lançou as normas - IFRS S1 e IFRS S2 - em 26 de junho de 2023, marcando o início de uma nova era nas divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade em mercados de capitais pelo mundo. Ambas as normas entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2024. No que diz respeito às Normas, a IFRS S1 estabelece um conjunto abrangente de requisitos de divulgação destinados a permitir que as empresas informem os investidores sobre os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade em diferentes horizontes de tempo - curto, médio e longo prazo. Por outro lado, a IFRS S2 concentra-se especificamente em divulgações relacionadas ao clima e foi concebida para ser utilizada em conjunto com a IFRS S1. Ambas essas normas incorporam totalmente as orientações do Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD) (IASB, 2023).

Segundo o IASB, o ISSB elaborou as normas IFRS S1 e IFRS S2 com base em um extenso *feedback* do mercado e em resposta aos chamados do G20, do Conselho de Estabilidade Financeira e da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários

(IOSCO). Além disso, líderes da comunidade empresarial e investidores também contribuíram significativamente para esse processo. O amplo apoio a uma base global de divulgações relacionadas à sustentabilidade demonstra a demanda por uma compreensão uniforme de como os fatores de sustentabilidade impactam as perspectivas das empresas.

As Normas do ISSB foram projetadas com o objetivo de assegurar que as empresas forneçam informações relacionadas à sustentabilidade em conjunto com suas demonstrações financeiras, incorporando-as em um único conjunto de relatórios. Estas Normas foram desenvolvidas para serem utilizadas em conjunto com quaisquer requisitos contábeis existentes e estão fundamentadas nos princípios que embasam as Normas Contábeis IFRS, que são obrigatórias em mais de 140 jurisdições. Portanto, as Normas do ISSB são aplicáveis em escala global, estabelecendo assim uma base verdadeiramente universal (IASB, 2023).

Rosati e Faria (2019) afirmam que relatórios e divulgações não financeiras, como relatórios de sustentabilidade ou relatórios ambientais, sociais e de governança, desempenham papel significativo como ferramenta utilizada pelas empresas para comunicar às partes interessadas o impacto, seja ele positivo ou negativo, de suas ações em direção ao desenvolvimento sustentável. Em um ambiente empresarial competitivo, o nível de governança e responsabilidade social, ambiental e climática tornou-se um diferencial significativo (RAUT; CHEIKHROUHOU; KHARAT, 2017).

Diouf e Boiral (2017) destacam que essa abordagem reflete uma preocupação genuína com os impactos que as atividades empresariais podem ter sobre a sociedade e o meio ambiente. A divulgação de informações não financeiras representa uma estratégia para as empresas adquirirem, aprimorarem ou preservarem sua reputação (DI VAIO *et al.*, 2022).

Existe diferentes maneiras de indivíduos ou organizações influenciarem formalmente o processo de definição de normas em contabilidade, mas, as cartas de comentários são, o método que mais demanda interesse por parte da academia (HOLDER *et al.*, 2013), assim, elencam-se pesquisas correlatas ao presente estudo.

Araújo *et al.* (2015) analisaram as opiniões emitidas nas cartas de comentários em resposta aos documentos de discussão de 2006 e 2013 sobre a exclusão do termo prudência da EC. Os autores analisaram 420 cartas de comentários enviadas ao IASB, destas, 176 continham os termos *prudence/conservatism*, em que 117 dessas são a favor da inclusão do termo. Com relação aos contrários, a justificativa é o conflito existente entre prudência e neutralidade. Identificou-se também, que os respondentes europeus são mais favoráveis à inclusão do termo, enquanto a América Anglo-Saxônica é a que menos defende. No tocante aos grupos de interesses, o grupo de preparadores foi o que mais se mostrou a favor da inserção do termo, enquanto as Instituições Financeiras foram os agentes mais desfavoráveis.

Vieira e Borba (2015) analisaram o processo de implementação no IASB do IFRS 8 – *Operating Segment* por meio das cartas de comentários enviadas ao *post implementation review* (PIR), o objetivo foi identificar os respondentes e verificar os relatos da implementação para as empresas. Diante disso, foram analisadas 67 cartas, que foram recebidas até novembro de 2012. Além disso, acessaram 182 cartas encaminhadas ao ED 8 em 2006 para comparar ambos os processos de consultas públicas. Conforme os resultados, a Europa foi o continente com o maior número de contribuições. Enquanto no ED 8, as entidades não governamentais encaminharam 43% das cartas de comentários, sendo o grupo mais representativo, no PIR esse grupo não enviou nenhuma carta. Destaca-se que 23 cartas de comentários, responsável por 10% do total de cartas, foram enviadas por entidades/indivíduos em ambos os processos, atestando que os participantes se alternam significativamente no processo de elaboração de um mesmo padrão. Diante disso, foram analisadas as 12 cartas de comentários enviadas pelo grupo de interesse (empresas). Como achados, as empresas adotaram o IFRS 8 de forma integral, respeitando as exigências do padrão e, algumas, ainda divulgaram informações adicionais.

Nascimento, Dornelles e Szuster (2016) por meio de cartas de comentários encaminhadas ao IASB, sobre a Seção 6 – Mensuração do "*Conceptual Framework for Financial Reporting*" publicado em julho de 2013, investigaram a influência das propostas dos respondentes nas alterações efetivadas na revisão. Os achados retratam que de forma geral, os respondentes apoiaram as visões preliminares sobre o tópico, porém, temas controversos foram modificados. Encontrou-se que somente duas das quatro alterações significativas apresentadas na versão de 2015 foram detectadas nas cartas de comentários, o que pode indicar que outras maneiras de contribuição estão presentes, exercendo influência na modificação dos rascunhos normativos.

Vieira e Borba (2016) verificaram o processo de consulta pública realizado pelo IASB, especificamente no *Draft – Interpretation Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine – IFRIC 20*. Na pesquisa identificaram os grupos de participantes da consulta pública do IFRIC 20, verificaram as respostas dos participantes discordantes das perguntas elaboradas pelo IASB e a relação entre os grupos de respondentes e suas respostas. Diante disso, analisaram as 49 cartas disponíveis no *website* do IASB e detectaram a Europa como continente mais participativo, e o grupo de interesse de normatizadores. Destacaram como fundamento da não concordância com a proposta do IFRIC, a definição clara do que é um custo de remoção de “estéril” (*stripping*) e custos com atividades de rotina para remoção de resíduos. Observou-se que o IFRIC realizou mudanças na versão final do IFRIC 20, após processo de consulta pública.

Santos, Barreto e Tavares (2017) investigaram a influência das propostas dos constituintes na elaboração final da Seção 1 – Objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral do "*Conceptual Framework for Financial Reporting*". De caráter exploratório, o estudo se baseou nas cartas de comentários enviadas ao IASB. De um total de 233 cartas, 59 atenderam o requisito de terem sido enviadas por empresas, compondo, a amostra da pesquisa. Das questões propostas pelo IASB, escolheu-se apenas uma, a primeira, por ser a que recebeu mais contribuições. Os achados revelam que 57,63% das empresas são originárias do continente europeu e 43,86% destas, concordaram com as visões sobre a questão.

Rey, Maglio e Rapone (2020) analisaram o conteúdo das cartas de comentários escritas durante o processo da norma de arrendamento, IFRS 16. Essa pesquisa identificou as características principais das partes interessadas envolvidas no devido processo de definição da norma IFRS. Embora espere-se que as empresas fossem os segmentos mais representativos da amostra, contrariamente, houve uma menor participação dos lobistas durante as fases iniciais do projeto. Os autores descobriram que os lobistas “vencedores” têm as seguintes características: ter um representante no Conselho do mesmo país que eles; influenciar a viabilidade do IASB por meio do seu financiamento; e ser provenientes de um país com regras de governação públicas mais rigorosas e mecanismos de aplicação mais rigorosos.

Assim, observa-se nesse tópico que alguns estudos já investigaram a questão acerca do conteúdo das cartas de comentários, abordando diversas normas. Destaca-se a incipiência de estudos que tenham analisado as IFRS S1 e S2, objeto de estudo dessa pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo possui uma abordagem metodológica que pode ser classificada como exploratória, documental e qualitativa. Essa classificação se justifica pelo seu enfoque na análise das características das cartas de comentários enviadas ao IASB referentes às IFRS S1 e S2, que estão disponíveis na página oficial do órgão. A técnica de análise de conteúdo foi empregada para analisar essas cartas de comentários. Segundo Bardin (2008), análise de conteúdo compreende um conjunto de técnicas que visam analisar as comunicações de forma

sistemática e objetiva, com o propósito de extrair indicadores (sejam eles quantitativos ou qualitativos) que possibilitam inferências sobre as circunstâncias de produção e recepção das mensagens. Essas técnicas permitem adquirir conhecimento acerca das variáveis subjacentes a essas mensagens.

A população de estudo é composta por um total de 735 cartas de comentários enviadas ao IASB com o propósito de contribuir para a discussão sobre as normas em questão. A amostra utilizada foi a mesma que a população, uma vez que o objetivo da pesquisa é identificar os remetentes envolvidos, e não se concentrar em questões específicas relacionadas ao conteúdo das cartas.

Assim como em estudos anteriores que investigaram temas semelhantes em relação a outras normas, as cartas de comentários foram categorizadas em grupos de interesse: academia, bolsa de valores, comitê/fóruns, empresa, entidade sem fins lucrativos/ONG, firmas de auditoria, governo/agência governamental, grupo de estudos/trabalho/discussão/ mesa redonda, instituto de ESG/sustentabilidade, órgãos normatizadores, órgãos reguladores, profissionais contábeis, outros profissionais e outros.

O *Exposure Draft* alusivo a essas normas solicitou a opinião dos interessados sobre 17 questões específicas, cada uma relacionada a pontos sugeridos referentes ao conteúdo das normas em análise. Como forma de atender ao objetivo da pesquisa, os seguintes passos foram seguidos: i) análise das cartas de comentários e ii) identificação e classificação dos grupos de interesse, continentes de origem e países correspondentes aos remetentes das cartas.

Diante disso, foram analisadas as 735 cartas de comentários submetidas ao IASB e publicadas em seu *website*, as características gerais da amostra estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Características da amostra

Cartas disponibilizadas no site do IASB	735
Número de páginas total das cartas (somatório)	8.753
Média da quantidade de páginas	10
Quantidade mínima de páginas	1
Quantidade máxima de páginas	101
Cartas enviadas por organizações	665
Cartas enviadas individualmente	69
Cartas sem identificação de quem enviou	1
Total da amostra	735

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

As 735 cartas recebidas pelo IASB totalizaram um montante de 8.753 páginas de conteúdo, com média de 10 páginas por carta, e cartas com no mínimo uma página e máximo de até 101 páginas. Também, desse total, 665 (90,47%) foram enviadas em nome de organizações, enquanto 69 (9,38%), de forma individual. Ainda, em uma única carta não foi possível identificar o responsável pelo envio.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das cartas foi possível identificar as distribuições geográficas dos responsáveis pelo envio das cartas de comentários utilizadas na amostra, por região, com o intuito de descrever a participação dos continentes perante a demanda do IASB sobre as normas (Tabela 2).

Tabela 2 – Total das cartas de comentários por continente

Continente	Total	%
África	32	4,35
América	245	33,33
Ásia	132	17,96
Europa	265	36,05
Oceania	47	6,39
Não identificado	12	1,63
Total	735	100

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

A Tabela 2 demonstra, como encontrado anteriormente em estudos dessa natureza, o continente europeu em primeiro lugar de cartas enviadas, com 36,19%, seguido pelo americano (32,52%) e asiático (17,96%). Em menor percentual, Oceania (6,53%) e África (4,35%). Santana Santos *et al.* (2017) ao analisarem as cartas de comentários enviadas referentes a Seção 1 – Objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral do “*Conceptual Framework for Financial Reporting*”, encontraram a Europa com 57,63% das cartas enviadas e a América com 30,5%. A Ásia com 6,78% e a Oceania 5,08%, neste estudo, a África não enviou carta.

Vieira e Borba (2016) verificaram o processo de consulta pública realizado pelo IASB, especificamente no *Draft – Interpretation Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine – IFRIC 20*, encontraram que 28% das cartas enviadas eram oriundas da Europa, 14% da Ásia, 8% da Oceania, e 3% da América e 3% da África. Para Araújo *et al.* (2015) essa predominância de participação do continente europeu é explicada pela quantidade de empresas existentes nos diversos países é bem maior do que o número dos demais grupos.

Com o intuito de especificar a região geográfica da origem das cartas, depois de separá-las por continente, foram segregadas também por país de origem (Tabela 3).

Tabela 3 – Total das cartas de comentários por país

África	América	Ásia	Europa	Oceania
África do Sul (14)	Argentina (3)	Arábia Saudita (8)	Alemanha (30)	Austrália (43)
Botsuana (2)	Brasil (24)	Bahrein (1)	Bélgica (20)	Nova Zelândia (4)
Burkina Faso (2)	Canadá (93)	Bangladesh (4)	Canadá (5)	
Gana (3)	Colômbia (4)	China (28)	Dinamarca (2)	
Malawi (1)	Costa Rica (1)	Coreia do Sul (6)	Espanha (2)	
Marrocos (1)	EUA (114)	Emirados Á. Unidos (2)	França (27)	
Namíbia (1)	Ilhas Cayman (1)	Filipinas (3)	Geórgia (1)	
Nigéria (2)	Jamaica (1)	Finlândia (1)	Holanda (10)	
Quênia (2)	México (4)	Índia (12)	Itália (9)	
Ruanda (1)		Indonésia (3)	Luxemburgo (3)	
Uganda (1)		Irã (1)	Moldávia (1)	
Zimbábue (2)		Japão (23)	Noruega (2)	
		Laos (1)	Reino Unido (119)	
		Malásia (8)	República Tcheca (3)	
		Nepal (1)	Romênia (1)	
		Paquistão (4)	Suécia (3)	
		Singapura (21)	Suíça (22)	
		Sri Lanka (2)	Turquia (4)	
		Tailândia (1)	Ucrânia (1)	
		Taiwan (1)		
		Vietnã (1)		
Total 32	245	132	265	47
(%) 4,35%	33,33%	17,96%	36,05%	6,39%
Não informaram	12	1,63%		

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

Como exposto, o país mais representativo é a África, a África do Sul com 14 cartas de comentários enviadas, no continente americano, destaca-se os EUA, com 114, o Canadá com 93 e o Brasil com 24 cartas enviadas ao IASB. No continente Asiático, China liderando com 28, Singapura com 21 e Índia com 12 envios. Na Europa têm-se Reino Unido com 119, Alemanha com 30, França com 27, Suíça com 22 e Bélgica com 20. E, por fim, na Oceania, a Austrália com 43 envios.

Vieira e Borba (2015) analisaram o processo de implementação no IASB do IFRS 8 – *Operating Segment* por meio das cartas de comentários enviadas ao *post-implementation review* (PIR). Os autores além de segregarem as cartas por continentes, também o fizeram por país, encontrando que no continente africano, o país mais representativo foi a África do Sul, no continente americano, o Canadá e Brasil, no continente asiático, a Índia, na Europa, Reino Unido, França Alemanha e Suíça e na Oceania, a Austrália. Logo, observa-se uma convergência de resultados das pesquisas, inclusive o presente estudo, com relação aos continentes e países mais influentes no envio de cartas de comentários aos IASB.

Em virtude do continente americano ser dividido em sul, norte e central, a Tabela 4 infirma dentro do continente qual a região mais influente. Dessa forma, têm-se como países mais representativos da América do Norte, os EUA e o Canadá e da América do Sul, o Brasil. Na América Central, apenas a Costa Rica aparece com uma carta enviada.

Tabela 4 – Total das cartas de comentários por região do continente americano

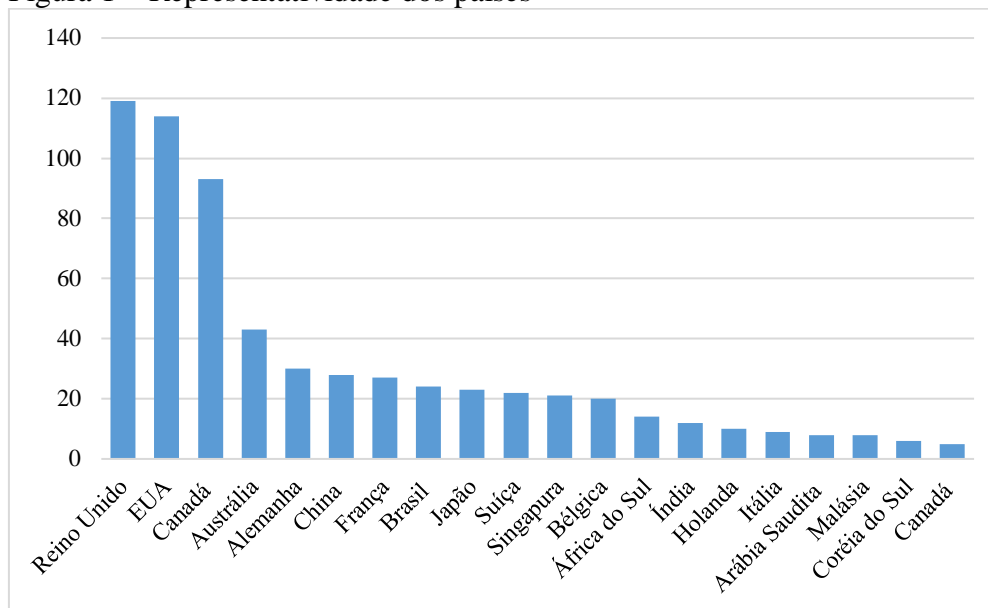
América do Norte	América Central	América do Sul
EUA (114)	Costa Rica (1)	Brasil (24)
Canadá (93)		Colômbia (4)
México (4)		Argentina (3)
Jamaica (1)		
Ilhas Cayman (1)		
Total 213	1	31
(%) 86,94%	0,41%	12,65%

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

A participação de cada país, independentemente do continente a qual pertence está apresentada na Figura 1 em ordem decrescente de participação: Reino Unido, EUA, Canadá e Austrália como mais representativos, seguidos por China, França, Brasil, Japão e os demais com menor quantidade.

Análise similar foi realizada por Nascimento *et al.* (2016) que analisaram as cartas de comentários enviadas ao IASB acerca da Seção 6 – Mensuração do "*Conceptual Framework for Financial Reporting*". Esses autores encontraram a seguinte ordem de maior participação: Inglaterra, EUA, Bélgica, Austrália, Canadá, França, Alemanha, Brasil e Japão. Destaca-se que a Inglaterra faz parte do Reino Unido, e conforme estudos demonstram, sempre lidera o envio de cartas ao IASB, fato interessante também é que a sede do IASB também se localiza no Reino Unido.

Figura 1 – Representatividade dos países



Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

Reino Unido, EUA, Canadá, França, Alemanha, Brasil e Japão estão atuantes nesses processos normativos, destaca-se também que dependendo do objetivo da norma, um ou outro país pode ter mais ou menos interesse ou desinteresse em contribuir. Nascimento *et al.* (2016) encontraram, como esperado, de acordo com os autores, a Inglaterra (que pertence ao Reino Unido), país sede do IASB, com o maior número de contribuições, seguida pelos EUA, país que não adota as normas IFRS, o que pode indicar, na opinião em interesses convergentes.

A partir dessa análise prévia de região geográfica dos respondentes, procedeu-se a avaliar quem são os principais interessados nas normas em questão, a partir do grupo de interesse em que se classifica.

Tabela 5 – Grupos de Interesses

Grupos de Interesses	Nº de Cartas de Comentários	%
Academia	47	6,39
Bolsa de valores	6	0,82
Comitê/Fóruns	11	1,50
Empresa	309	42,04
Entidade sem fins lucrativos/ONG	115	15,65
Firmas de auditoria	6	0,82
Governo/Agência Governamental	16	2,18
Grupo de estudos/trabalho/discussão/Mesa redonda	9	1,22
Instituto de ESG/Sustentabilidade	2	0,27
Órgãos Normatizadores	20	2,72
Órgãos Reguladores	58	7,89
Outros Profissionais	20	2,72
Outros	96	13,06
Profissionais Contábeis	8	1,09
Sem identificação	12	1,63
Total	735	100%

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

Como exposto, dentre os grupos de interesses, o mais representativo foi o de empresas, corroborando estudos anteriores que analisaram esses grupos nas cartas de comentários de outros processos normativos do IASB. Nessa pesquisa, esse grupo representou 42,04% do

total das cartas. Em segundo lugar, aparece entidades sem fins lucrativos e ONGs, com 15,65%. Os órgãos reguladores representaram 7,89%, aqui encontram-se por exemplo: *National Federation of Certified Public Accountant Associations of the R.O.C.*, da China; *Hong Kong Institute of Certified Public Accountants*, também da China; *The Institute of Chartered Accountants of India*, da Índia; *Pan African Federation of Accountants*, da África do Sul, dentre outros.

A academia obteve 6,39% das cartas enviadas, esse grupo foi representado por professores, pesquisadores, universidades, acadêmicos e grupos de pesquisa. Com menos de 5% de representatividade, estão órgão normatizadores (2,72%), governo e agências governamentais (2,18%), os comitês e fóruns (1,50%), grupos para estudos, discussões, trabalhos e mesa redondas nessa temática (1,22%) e profissionais de contabilidade (1,09).

Alguns grupos se destacaram, mesmo que com menos de 1% de representação do total, como Bolsa de Valores mundiais (0,82%), firmas de auditoria também apresentaram 0,82% de participação, Instituto de ESG/Sustentabilidade (0,27%). Proveniente de Bolsas de Valores foram recebidas cartas da Malásia, Alemanha, África do Sul, Singapura e Reino Unido. E com relação às firmas de auditoria, algumas das que enviaram cartas ao IASB, foram: Deloitte, PWC, *Ernst & Young Global Limited* e KMPG.

Nascimento *et al.* (2016) analisaram as cartas de comentários enviadas ao IASB acerca da Seção 6 – Mensuração do "*Conceptual Framework for Financial Reporting*" e encontraram que os preparadores das demonstrações contábeis (empresas e indústrias de diferentes setores e suas associações) e os contadores e seus organismos profissionais foram, os mais interessados. Araújo *et al.* (2015) analisaram as opiniões emitidas em cartas de comentários acerca da exclusão do termo *Prudence* da Estrutura Conceitual. Os achados dessa pesquisa foi que, com relação aos grupos interessados, destacam-se as empresas (26%) e instituições financeiras (25%), com maior participação, seguidos pela academia, com 13% de contribuição.

As cartas enquadradas em outros, representam 13,06%, e 12 cartas não foram possíveis de identificação. Em virtude da grande variedade de tipos de empresa, elaborou-se a Tabela 6 para melhor identificar esse grupo.

Tabela 6 – Grupos de Interesses (Empresas)

Grupos de Interesses (Empresas)	Nº de Cartas de Comentários	%
Bancos	32	10,36
Empresa de Classificação ESG	1	0,32
Empresa de Consultoria ESG	8	2,59
Empresa de Consultoria em Sustentabilidade	11	3,56
Demais Empresas	257	83,17
Total	309	100%

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

Dessa forma, observa-se que 10% da amostra de empresas corresponde a bancos, menos de 1% de empresas de classificação ESG e 6,15% representam empresas de consultoria em ESG e Sustentabilidade, juntas. Mais de 83% são referentes a outras empresas privadas, nos mais diversos setores, de vários países do mundo. Observa-se uma mudança nas empresas, dessas normas, para as anteriores abordadas em outros estudos, principalmente pelo crescimento e interesse de empresas voltadas para a sustentabilidade e o ESG. Sem dúvidas, preparar-se para as IFRS S1 e S2 significa integração ESG em uma estratégia de negócios, processos e relatórios. Por fim, diante dos dados abordados nessa seção, pôde-se ter um primeiro olhar dos grupos mais influentes no processo de elaboração de normas do IASB, bem como os países e continentes a que pertencem.

5 CONCLUSÕES

O objetivo do presente estudo era investigar quem são os principais interessados nas Normas Internacionais de Sustentabilidade (IFRS S1 e S2) por meio da análise das cartas de comentários enviadas ao IASB. Para alcançar esse objetivo foram coletadas e analisadas manualmente um total de 735 cartas de comentários encaminhadas ao IASB, relacionadas às normas IFRS S1 e S2. Esses documentos estavam disponíveis no *website* oficial do órgão. Adicionalmente, este estudo também introduziu uma discussão sobre o conteúdo e o significado das duas novas normas, que foram aprovadas em 26 de junho de 2023 e estão programadas para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.

A análise de conteúdo foi aplicada e os resultados revelaram um *corpus* total de 8.753 páginas de conteúdo provenientes dessas cartas. Nota-se que deste montante, 665 (90,47%) foram enviadas em nome de organizações, enquanto 69 (9,38%) apresentadas por indivíduos. Vale destacar que o continente europeu se apresentou como o mais proeminente, representando 36,19% das cartas enviadas, corroborando pesquisas anteriores. Em seguida, observou-se representações significativas das Américas, Ásia, Oceania e África. Além disso, foram analisados os países com base nos continentes aos quais pertencem, destacando-se a África do Sul como país mais influente no continente africano, enquanto nos continentes americano e asiático, os Estados Unidos, Canadá, China, Singapura e Índia emergiram como protagonistas. Na Europa, os países mais representativos incluíram o Reino Unido, Alemanha, França, Suíça e Bélgica. Por fim, na Oceania, a Austrália se destacou como contribuinte significativo para o volume de cartas analisadas.

Devido à divisão do continente americano em regiões sul, norte e central, avaliou-se qual delas exerceu maior influência nesse continente. Os Estados Unidos e o Canadá são os países mais proeminentes na América do Norte, enquanto o Brasil se destacou na América do Sul. Na América Central, apenas a Costa Rica enviou uma carta. Também, foi analisada a participação de cada país, independentemente do continente ao qual pertencem, o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Austrália foram os mais influentes, seguidos por China, França, Brasil, Japão e outros com menor representatividade.

No que diz respeito aos grupos de interesse, o mais proeminente foi o de empresas, o que está em consonância com estudos anteriores que examinaram esses grupos nas cartas de comentários de outros processos regulatórios do IASB. Esse grupo representou 42,04% do total das cartas. Em segundo lugar, encontram-se entidades sem fins lucrativos e ONGs, com 15,65%. Órgãos reguladores contribuíram com 7,89%, enquanto a academia representou 6,39% das cartas enviadas. Grupos como órgãos normatizadores (2,72%), governos e agências governamentais (2,18%), comitês e fóruns (1,50%), grupos de estudo, discussão, trabalho e mesa redonda sobre o tema (1,22%) e profissionais de contabilidade (1,09%) apresentaram uma participação menor, todos com menos de 5% de representatividade.

Embora alguns grupos, como Bolsas de Valores mundiais (0,82%), firmas de auditoria (0,82%) e institutos de ESG/Sustentabilidade (0,27%) tenham menor participação, eles ainda se destacaram na discussão. Com relação à amostra representativa de empresas, conduziu-se uma análise adicional que revelou que 10% da amostra consiste em bancos, menos de 1% representa empresas de classificação ESG e 6,15% são empresas de consultoria em ESG e Sustentabilidade. A maioria significativa, mais de 83%, refere-se a diferentes empresas privadas de vários setores, originárias de diferentes países ao redor do mundo.

Esta pesquisa não visa abordar exhaustivamente o tema, mas sim, oferecer uma contribuição científica significativa, ainda que inicial e assim se propôs a destacar informações que abrem novas perspectivas para futuras pesquisas. Estudos dessa natureza são valiosos, pois revelam o processo de desenvolvimento de normas contábeis desde sua concepção inicial, fornecendo evidências sobre as regiões que mais contribuem e as

motivações que levam o *Board* a efetuar mudanças nas regulamentações contábeis. Assim, essa pesquisa limita-se em não ter avançado no conteúdo das cartas, examinando a concordância ou discordância dos grupos de interesses, analisando somente os participantes. Logo, fica como sugestão para estudos futuros, examinar o conteúdo das cartas de comentários de um determinado grupo de interesse, por exemplo, empresa, órgãos reguladores, firmas de auditoria, dentre outros, para identificar a opinião desse determinado grupo com relação as normas.

REFERÊNCIAS

DE ARAÚJO, Victor Ranieri Bomfim Sampaio *et al.* Análise das opiniões emitidas nas cartas comentários sobre o termo prudence. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 9, n. 2, 2015. <https://doi.org/10.17524/repec.v9i2.1231>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

DIOUF, Dominique; BOIRAL, Olivier. The quality of sustainability reports and impression management: a stakeholder perspective. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Bingley, v. 30, n. 3, p. 643-667, 2017. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2015-2044>

DI VAIO, Assunta *et al.* Corporate social performance and non-financial reporting in the cruise industry: paving the way towards UN Agenda 2030. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, Oxford, v, 29, n. 6, p. 1931-1953, 2022. <https://doi.org/10.1002/csr.2292>

GEORGIU, George. Corporate lobbying on accounting standards: Methods, timing and perceived effectiveness. **Abacus**, v. 40, n. 2, p. 219-237, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2004.00152.x>

GIPPER, Brandon; LOMBARDI, Brett J.; SKINNER, Douglas J. The politics of accounting standard-setting: A review of empirical research. **Australian Journal of Management**, v. 38, n. 3, p. 523-551, 2013. <https://doi.org/10.1177/0312896213510713>

GÖZDE, Bircan; İREM, Özcan. Considerations about Adapting to IFRS S1 and S2 With Regard to Sustainability Reporting: Research Regarding Enterprises on the BIST Sustainability 25 Index. **Journal of Accounting Institute**, n. 69, p. 24-43, 2023. <http://dx.doi.org/10.26650/MED.1253502>

HANSEN, Bowe. Lobbying of the international accounting standards board: An empirical investigation. **Available at SSRN 1081413**, 2011. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1081413>

HOLDER, Anthony D. *et al.* A content analysis of the comment letters to the FASB and IASB: Accounting for contingencies. **Advances in Accounting**, v. 29, n. 1, p. 134-153, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2013.03.005>

IASB. **ISSB emite padrões inaugurais de divulgação de sustentabilidade global**. International Accounting Standards Board, 2023. Disponível em: <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2023/06/issb-issues-ifrs-s1-ifrs-s2/>. Acesso em: 28 set. 2023.

LARSON, Robert K. Constituent participation and the IASB's international financial reporting interpretations committee. **Accounting in Europe**, v. 4, n. 2, p. 207-254, 2007. <https://doi.org/10.1080/17449480701727981>

MARINA, Alexandra-Gabriela. GENERAL REQUIREMENTS EXPOSURE DRAFT: COMMENTS ABOUT A RESPONSIBLE REPORTING. **Revista Economica**, v. 74, n. 2, 2022. DOI: 10.56043/reveco-2022-0013

MELLADO, Lucía; PARTE, Laura. Insights from lobbying research on the accounting standard-setting process through comment letter submissions. In: **Eurasian Economic Perspectives: Proceedings of the 29th Eurasia Business and Economics Society Conference**. Springer International Publishing, 2021. p. 3-22. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-63149-9_1

NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do; DORNELLES, Olivia Maurício; SZUSTER, Natan. Ouviu o que eu disse?! Uma análise de conteúdo da influência das cartas comentários nas alterações da seção 6—mensuração da estrutura conceitual proposta pelo IASB. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 8, n. 2, p. 309-334, 2016. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/Ambiente/article/viewArticle/2726>
Acesso em: 28 set. 2023.

RAUT, Rakesh; CHEIKHROUHOU, Naoufel; KHARAT, Manoj. Sustainability in the banking industry: a strategic multi-criterion analysis. **Business Strategy and the Environment**, Oxford, v. 26, n. 4, p. 550-568, 2017. <https://doi.org/10.1002/bse.1946>

REY, Andrea; MAGLIO, Roberto; RAPONE, Valerio. Lobbying during IASB and FASB convergence due processes: Evidence from the IFRS 16 project on leases. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 41, p. 100348, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2020.100348>

ROSATI, Francesco; FARIA, Lourenço Galvão Diniz. Business contribution to the sustainable development agenda: organizational factors related to early adoption of SDG reporting. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, Oxford, v. 26, n. 3, p. 588-597, 2019. <https://doi.org/10.1002/csr.1705>

SANTANA SANTOS, Rodrigo; DE ARAUJO BARRETO, Dyanne Rafaela; TAVARES, Márcia Ferreira Neves. Uma Análise de Conteúdo das Cartas Comentários Enviadas por Empresas para as Alterações da Seção 1-Objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral da estrutura conceitual proposta pelo IASB. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 176-196, 2017. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v7i2.2981>

SUTTON, Timothy G. Lobbying of accounting standard-setting bodies in the UK and the USA: A Downsian analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 9, n. 1, p. 81-95, 1984. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(84\)90031-X](https://doi.org/10.1016/0361-3682(84)90031-X)

SUWARDY, Themin. Accounting for a hopeful world. **The Business Times**, v. 1, n. 16, 2021. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/soa_research/1953/. Acesso em: 28 set. 2023.

VIEIRA, Rafael Tadeu; BORBA, José Alonso. Custos de remoção de estéril (stripping): uma análise das cartas de comentários enviadas ao IASB no IFRIC 20. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/view/2836/2312>. Acesso em: 28 set. 2023.

VIEIRA, Rafael Tadeu; BORBA, José Alonso. ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO PÓS-IMPLEMENTAÇÃO DO IFRS 8 POR MEIO DAS CARTAS COMENTÁRIOS ENVIADAS POR EMPRESAS. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, v. 7, n. 1, 2015. <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v7i1.34950>

ZEFF, Stephen A. “Political” lobbying on proposed standards: A challenge to the IASB. **Accounting Horizons**, v. 16, n. 1, p. 43-54, 2002. <https://doi.org/10.2308/acch.2002.16.1.43>